

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E A APOSENTADORIA DAS PESSOAS TRANSEXUAIS DE ACORDO COM A IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DECISÃO PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA N. 219893-80.2022.8.26.0000 PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

THE PRINCIPLE OF HUMAN DIGNITY AND THE RETIREMENT OF TRANSEXUAL PEOPLE ACCORDING TO GENDER IDENTITY: AN ANALYSIS BASED ON THE DECISION RULING IN WRIT OF MANDAMUS NO. 219893-80.2022.8.26.0000 BY THE COURT OF JUSTICE OF SÃO PAULO

EL PRINCIPIO DE LA DIGNIDAD HUMANA Y LA JUBILACIÓN DE LAS PERSONAS TRANSEXUALES SEGÚN SU IDENTIDAD DE GÉNERO: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LA SENTENCIA DEL MANDAMUS N.º 219893-80.2022.8.26.0000 DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA DE SÃO PAULO

Caroline Coelho

Mestranda em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Pluridimensionalidade do Direito Privado Contemporâneo da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil.
E-mail: ca.carolinecoelho@gmail.com

Helena de Azeredo Orselli

Doutora em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), e em Direito Público pela Universidade degli Studi di Perugia, Programa de Pós-Graduação em Direito e Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Pluridimensionalidade do Direito Privado Contemporâneo da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil.
E-mail: helena@furb.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa consiste em analisar a decisão proferida no Mandado de Segurança n. 219893-80.2022.8.26.0000 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual a autora buscou o deferimento da segurança para a concessão de sua aposentadoria de acordo com as regras relativas ao gênero feminino. O método utilizado na pesquisa é o dedutivo, operacionalizado com as técnicas de levantamento bibliográfico, leitura dirigida, fichamento de obras, análise de conteúdo de obras e da decisão judicial em estudo. As pessoas transexuais são pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento. O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de

Submitted on: 7.4.2025 | Accepted on: 7.31.2025

Inconstitucionalidade n. 4.275–DF, reconheceu o direito à alteração de nome e sexo junto ao registro de nascimento, conforme a identidade de gênero independentemente de qualquer procedimento médico. O princípio da dignidade da pessoa humana é essencial para conferir a todas as pessoas, simplesmente pela sua essência humana, o respeito e consideração pelo Estado e pela sociedade. A decisão no Mandado de Segurança n. 219893-80.2022.8.26.0000, proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, fundamentou-se no princípio da legalidade para não reconhecer o direito à autora a aposentadoria, conforme sua identidade de gênero. É necessário que o direito seja interpretado e aplicado não somente tendo como base as fontes formais do direito, mas também a partir de uma análise sistemática, partindo-se dos princípios constitucionais, especialmente da dignidade humana, dada sua relevância no ordenamento jurídico. A decisão proferida no caso concreto não foi adequada, uma vez que deveria ter se fundamentado no princípio da dignidade humana, para o reconhecimento do direito à aposentadoria da autora da ação de acordo com sua identidade de gênero.

Palavras-chave: Aposentadoria. Identidade de Gênero. Princípio da Dignidade Humana. Reconhecimento. Transexualidade.

ABSTRACT

The aim of the research is to analyze the decision handed down in Writ of Mandamus No. 219893-80.2022.8.26.0000 by the São Paulo Court of Justice, in which the plaintiff sought to have her retirement granted in accordance with the rules relating to the female gender. The method used in the research is deductive, using the techniques of a bibliographical survey, directed reading, fiching of works, content analysis of works and the court decision under study. Transsexuals are people whose gender identity does not correspond to the sex assigned at birth. The Supreme Federal Court, in Direct Action for Unconstitutionality No. 4.275-DF, recognized the right to change one's name and sex in the birth register, in accordance with one's gender identity, regardless of any medical procedure. The principle of the dignity of the human person is essential for granting all people, simply because of their human essence, respect and consideration by the state and society. The decision in Writ of Mandamus No. 219893-80.2022.8.26.0000, handed down by the São Paulo Court of Justice, was based on the principle of legality and did not recognize the plaintiff's right to a pension based on her gender identity. Law must be interpreted and applied not only on the basis of the formal sources of law, but also from a systematic analysis, starting from constitutional principles, especially human dignity, due to its relevance in the legal system. The decision handed down in this case was inadequate, since it should have been based on the principle of human dignity, in order to recognize the plaintiff's right to a pension according to her gender identity.

Keywords: Retirement. Gender Identity. Principle of Human Dignity.

Recognition. Transsexuality.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar la decisión emitida en el Mandamus n.º 219893-80.2022.8.26.0000 por el Tribunal de Justicia de São Paulo, en la que la demandante solicitó que se le otorgara seguridad social para su jubilación de acuerdo con las normas relativas al género femenino. El método de investigación empleado es deductivo, operacionalizado con técnicas de investigación bibliográfica, lectura guiada, indexación de obras, análisis de contenido y la decisión judicial en estudio. Las personas transgénero son individuos cuya identidad de género no corresponde al sexo asignado al nacer. El Supremo Tribunal Federal, en la Acción Directa de Inconstitucionalidad n.º 4.275-DF, reconoció el derecho a cambiar el nombre y el sexo en los certificados de nacimiento, de acuerdo con la identidad de género, independientemente de cualquier procedimiento médico. El principio de dignidad humana es esencial para garantizar a todas las personas, simplemente por su esencia humana, el respeto y la consideración del Estado y la sociedad. La sentencia del Mandamus n.º 219893-80.2022.8.26.0000, emitida por el Tribunal de Justicia de São Paulo, se basó en el principio de legalidad para denegar el derecho a la jubilación de la demandante por su identidad de género. La ley debe interpretarse y aplicarse no solo con base en las fuentes formales del derecho, sino también con base en un análisis sistemático, basado en principios constitucionales, especialmente la dignidad humana, dada su relevancia en el ordenamiento jurídico. En este caso específico, la sentencia fue inadecuada, ya que debería haberse basado en el principio de la dignidad humana para reconocer el derecho a la jubilación de la demandante por su identidad de género.

Palabras clave: Jubilación. Identidad de Género. Principio de la Dignidad Humana. Reconocimiento. Transexualidad.

INTRODUÇÃO

As pessoas transexuais enfrentam uma série de problemas decorrentes da discriminação e da ausência de reconhecimento pela sociedade e pelo Estado. Muitas vezes não são tratadas com o respeito e a consideração que as outras pessoas recebem, e sofrem com a falta de concretização de seus direitos, especialmente no caso do direito à aposentadoria conforme sua identidade de gênero.

Por ser um tema extremamente atual e importante, o presente artigo visa a analisar a decisão proferida no Mandado de Segurança n. 219893-

80.2022.8.26.0000 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo sob a ótica do princípio da dignidade humana. A autora, pessoa transexual, alterou seu nome e seu sexo constantes em seu registro civil de nascimento. Posteriormente, pleiteou a concessão da aposentadoria pelas regras relativas ao gênero feminino. Todavia, o Tribunal não concedeu a segurança, baseando sua decisão no princípio da legalidade, por entender que não há norma que discipline a concessão da aposentadoria às pessoas transexuais.

Esta pesquisa tem como objetivos específicos: investigar o reconhecimento como garantia do cumprimento do princípio da dignidade humana para as pessoas transexuais; e analisar a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no Mandado de Segurança n. 219893-80.2022.8.26.0000, bem como o princípio da dignidade humana como solução para o caso concreto.

O problema central da pesquisa consiste em saber se a decisão proferida no Mandado de Segurança n. 219893-80.2022.8.26.0000, que negou a segurança ao reconhecimento do direito da autora à aposentadoria conforme sua identidade de gênero, é adequada ao se fundamentar no princípio da legalidade. A hipótese levantada é que a decisão proferida no caso concreto não foi adequada, uma vez que, a partir da Constituição Federal de 1988, o direito brasileiro não é apenas regido por normas formais, mas também por normas substanciais, estabelecidas como princípios constitucionais, como o princípio da dignidade humana.

Quanto à metodologia empregada, registra-se que a pesquisa é teórica, e a investigação e o relato foram feitos por meio do método dedutivo, com o emprego das técnicas de levantamento bibliográfico, leitura dirigida, fichamento de obras, análise de conteúdo das obras e da decisão judicial selecionada, a partir dos referentes relacionados às pessoas transexuais, ao direito à aposentadoria e ao princípio da dignidade humana.

O RECONHECIMENTO COMO GARANTIA DO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA PARA AS PESSOAS TRANSEXUAIS

As pessoas transexuais são pessoas cuja identidade de gênero diverge do sexo que lhes foi atribuído ao nascer. A identidade de gênero é definida como a experiência interna e profundamente sentida de gênero que cada pessoa possui, a qual pode ou não corresponder ao sexo designado no momento do nascimento, englobando a percepção pessoal do próprio corpo e diversas formas de expressão de gênero, tais como vestimenta, modo de falar e comportamentos.

O artigo primeiro da Resolução n. 2.265/2019 do Conselho Federal de Medicina define objetivamente a incongruência de gênero ou transgênero como sendo “a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento”.¹ Butler aponta que os diversos gêneros “são significados culturais assumidos pelo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira”.² Para autora (Butler, 2018, n.p), “a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”.³ Partindo da radicalização cultural da diferenciação entre sexo anatômico e gênero, é possível que ocorra a identidade de gênero feminina em corpos masculinos e a identidade de gênero masculina em corpos femininos.⁴

A transexualidade transcende a mera questão biológica, abrangendo dimensões comportamentais, psíquicas, culturais e jurídicas do indivíduo, que se identifica com um gênero diferente do sexo biológico que lhe foi atribuído no nascimento. Nesse contexto, as pessoas transexuais enfrentam diversos tipos de preconceito e desafios que dificultam sua inserção na sociedade, não sendo reconhecidas como iguais, seja por algumas pessoas, seja pelo Estado.

¹ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 2.265 de 20 de setembro de 2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n. 1.955/2010. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 09 de jan. 2025.

² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 21.

³ Ibidem, p. 21.

⁴ Ibidem, p. 21.

No Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.⁵ Rodotà descreve a dignidade como um atributo universal que pertence a todas as pessoas, enfatizando a necessidade de rejeitar qualquer forma de discriminação que possa degradar a condição de vida dos indivíduos.⁶ O autor argumenta que todas as distinções que considerem algumas pessoas menos dignas ou neguem direitos a certas pessoas são ilegítimas.⁷

O princípio da dignidade humana coloca o ser humano como elemento central do ordenamento jurídico e do Estado, assumindo a ideia de pessoa concreta, sendo-lhe possível se autodeterminar. Ademais, não pode ser instrumentalizada, nem vista como uma entidade isolada da sociedade, de modo que seus direitos devem ser reconhecidos e respeitados quaisquer que sejam suas identidades.⁸ Assim, tal princípio assume uma relevância ímpar no ordenamento jurídico brasileiro, porquanto é através dele que se reconhece que a pessoa não é apenas ser racional, mas também possui sentimentos e necessidades,⁹ devendo-se evitar qualquer tipo de distinção, inclusive para fins de concessão da aposentadoria conforme a identidade de gênero da pessoa.

O princípio da dignidade humana abrange uma série de aspectos que são descritos de formas diferentes por diversos autores, mas seu sentido pode ser resumido na expressão: respeito pela pessoa. A seguir elencam-se algumas das definições dadas por juristas brasileiros. Barroso ressalta que a dignidade humana se manifesta em duas dimensões: uma de natureza filosófica, relacionada aos valores morais que definem cada indivíduo, garantindo a todos o mesmo grau de respeito e consideração; e outra no campo do direito, que abrange os

⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 fev. 2025.

⁶ RODOTÀ, Stefano. A antropologia do *homo dignus*. Tradução de Maria Celina Bodin de Moraes. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 6, n. 2, p. 1-17, jan.-mar. 2017, p. 11. Disponível em: <http://civilista.com/a-antropologia-do-homo-dignus/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

⁷ *Ibidem*, p. 11.

⁸ SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. Conteúdo, trajetória e Metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

⁹ *Ibidem*, p. 106.

direitos fundamentais.¹⁰ Nesse sentido, o autor aborda o valor intrínseco, a autonomia e o valor comunitário como elementos essenciais para compreender o conteúdo moral da dignidade humana, além de esclarecer suas implicações jurídicas no que tange aos direitos fundamentais.¹¹

Segundo Sarlet, o princípio da dignidade humana é composto pelos seguintes elementos: qualidade intrínseca da pessoa;¹² intersubjetividade,¹³ autonomia¹⁴ e condições mínimas para a vida digna.¹⁵ Sarmento, por sua vez, amplia o rol dos elementos que integram a dignidade humana, enfatizando o valor intrínseco da pessoa, a igualdade, a autonomia, o mínimo existencial e o reconhecimento como componentes essenciais do princípio da dignidade da pessoa.¹⁶

Uma das dimensões, de acordo com Sarmento, que compõe a dignidade humana é o reconhecimento, que demanda a ideia de que o Estado e a comunidade devem proporcionar igual consideração e respeito a todas as pessoas, independentemente de suas afiliações e identidades.¹⁷ A violação do reconhecimento ocorre quando ações, sejam do Estado, sejam de indivíduos, intencionalmente ou não, ignoram a identidade das pessoas envolvidas, resultando em estigmas ou humilhações.¹⁸ Nesse cenário, o direito fundamental ao reconhecimento pode ser entendido como o direito de ser tratado de maneira justa e igualitária, respeitando-se a identidade pessoal de cada indivíduo,¹⁹ recordando inclusive o artigo 3º da Constituição Federal, que estabelece a promoção do bem de todos, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, sendo vedada qualquer forma de discriminação.

¹⁰ BARROSO, Luís Barroso. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. **Revista da EMERJ**, v. 9, n. 33, p. 42-92, 2006, p. 75.

¹¹ *Ibidem*, p. 76.

¹² SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. **Revista brasileira de direito constitucional**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 361-388, 2007, p. 366.

¹³ *Ibidem*, p. 370.

¹⁴ *Ibidem*, p. 376.

¹⁵ *Ibidem*, p. 381.

¹⁶ SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. Conteúdo, trajetória e Metodologia. Op. cit., p. 92.

¹⁷ *Ibidem*, p. 286.

¹⁸ *Ibidem*, p. 288.

¹⁹ *Ibidem*, p. 286.

A essência da igualdade não está apenas em tratar todas as pessoas da mesma forma, mas sim em reconhecer e respeitar a individualidade de cada ser humano que, muitas vezes, exige a implementação de medidas jurídicas diferenciadas para garantir a proteção adequada de cada pessoa.²⁰ Assim, tratamentos diferenciados podem ser necessários para corrigir injustiças estruturais e históricas, ajustando normas e práticas que muitas vezes refletem os interesses de grupos dominantes.²¹

A falta da universalização da dignidade a todas as pessoas é o problema mais grave encontrado pelo Brasil, porquanto acaba resultando na desigualdade de tratamento concedido às pessoas.²² Embora o princípio da igualdade também esteja expressamente positivado no ordenamento jurídico, a desigualdade está fortemente enraizada na história do povo brasileiro, pelo “passado escravocrata, com o desenvolvimento tardio e incompleto da noção de cidadania”.²³

A desigualdade no Brasil está presente em diversos setores da sociedade brasileira, especialmente chama-se a atenção ao tratamento desigual concedido aos grupos vulneráveis, especialmente no que concerne às pessoas transexuais. O princípio da dignidade humana é essencial para a proteção dos direitos das pessoas transexuais, que frequentemente enfrentam desafios relacionados ao reconhecimento e ao respeito por sua identidade de gênero.

O Supremo Tribunal Federal, através da decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275–DF, em 1º de março de 2018, trouxe um relevante avanço nos direitos das pessoas transexuais, reconhecendo o direito à alteração do prenome e do sexo atribuídos no momento do registro civil, mediante procedimento administrativo ou judicial, independente de realização de procedimento cirúrgico ou laudo de terceiro, ante à inviolabilidade constitucional do direito “à personalidade, à luz do princípio da dignidade da pessoa (Inc. III do art. 1º), da solidariedade e não discriminação (inc. I do art. 3º), da igualdade material

²⁰ Ibidem, p. 300.

²¹ Ibidem, p. 301.

²² Ibidem, p. 69.

²³ Ibidem, p. 71.

(caput do art. 5º) e da universalidade dos direitos fundamentais”.²⁴ O relator da decisão, Ministro Luiz Edson Fachin, destacou que o reconhecimento da identidade de gênero por parte do Estado é essencial para assegurar que as pessoas transexuais possam usufruir plenamente dos direitos humanos. Esse reconhecimento é fundamental para garantir a proteção contra diversas formas de preconceitos e assegurar direitos básicos,²⁵ bem como o “direito ao nome, ao reconhecimento de sua personalidade jurídica, à liberdade e à vida privada”.²⁶

A decisão que reconhece o direito à alteração do nome e do sexo no registro civil com base na identidade de gênero abre o caminho para a garantia dos direitos decorrentes dessa identidade a todas as pessoas transexuais em todas as esferas jurídicas, incluindo o direito de se aposentar, conforme sua identidade de gênero. Afinal, é um contrassenso o Estado reconhecer o direito das pessoas transexuais em se autodeterminar e ao mesmo tempo negar as consequências jurídicas desse reconhecimento. Ainda que não haja regulamentação legal específica para todas as questões, a interpretação sistêmica do ordenamento jurídico a partir da Constituição Federal, aliada à decisão do Supremo Tribunal Federal, possibilita garantir às pessoas transexuais o reconhecimento de todos os direitos consoante sua identidade de gênero.

O Estado, por meio do Supremo Tribunal Federal, reconheceu o direito de as pessoas transexuais estabelecerem sua identidade de gênero, independentemente de cirurgia ou de laudos de terceiros, mas, é importante também que lhes sejam garantidos outros direitos, em situação de igualdade, uma vez que todas as pessoas são merecedoras da mesma dignidade.

No entanto, a maior parte das aposentadorias possui requisitos diferenciados em razão do gênero do segurado, o que reflete as desigualdades históricas e estruturais que incidem, em particular, sobre as mulheres. Neste sentido, as

²⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n° 4.275/DF**. Relator: Min. Marcos Aurélio, j.: 01.03.2018, p. 171. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em: 20 nov. 2024.

²⁵ *Ibidem*, p. 34.

²⁶ *Ibidem*, p. 36.

mulheres transexuais são as mais afetadas, como ocorreu no caso em análise. De acordo com Pancotti, a distinção decorre da divisão sexual do trabalho, um fenômeno que perpetua a desigualdade entre os gêneros.²⁷ Em decorrência, as mulheres enfrentam obstáculos significativos para acessar as prestações da seguridade social em condições de equidade com os homens.

Esse contexto se traduz em normas diferenciadas para a concessão de aposentadorias, tanto no Regime Geral de Previdência Social quanto nos Regimes Próprios de Previdência Social,²⁸ gerando disparidades nas condições de aposentadoria entre os gêneros. Além disso, esse panorama suscita questões complexas no que tange à concessão de aposentadoria a indivíduos transexuais, uma vez que a aplicação de critérios baseados no gênero pode afetar negativamente suas condições de acesso aos benefícios previdenciários, o que demanda uma interpretação das normas amparada nos princípios constitucionais, especialmente no princípio da dignidade humana.

ANÁLISE DA DECISÃO PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA N. 219893-80.2022.8.26.0000 PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Passa-se à análise do acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança n. 219893-80.2022.8.26.0000, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na seção de direito privado, órgão especial, de relatoria da desembargadora Marcia Dalla Déa Barone no qual se buscou o deferimento da segurança para a concessão da aposentadoria à autora de acordo com as regras do gênero feminino.

Ao tomar posse como servidora pública para o cargo de escrevente técnico judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 26 de junho de 1991, constava da certidão de nascimento da autora, o sexo masculino, que

²⁷ PANCOTTI, Heloísa Helena Silva. **Previdência e seguridade social para transexuais e transvestis**. 3 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2023, p. 134.

²⁸ CÉSAR, Guillermo Rojas de Cerqueira; PANCOTTI, Heloísa Helena Silva. A previdência social e o transgênero: necessidade de uniformização do entendimento sobre a concessão dos benefícios previdenciários no âmbito do processo administrativo. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 7, n. 3, p. 907-928, 2021, p. 912.

lhe foi atribuído no momento de seu nascimento. Todavia, após o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275-DF, de 1º de março de 2018, pelo Supremo Tribunal Federal, foi reconhecido o direito da pessoa transgênero à alteração do prenome e do gênero no registro civil, o que motivou a autora, que sempre se identificou com gênero feminino, a retificar seu nome e seu sexo no registro de nascimento e, conseqüentemente, à alteração de seu registro em sua pasta funcional.²⁹

Em 13 de maio de 2022, a autora, que já contava com 58 anos de idade e quase 31 anos de tempo de serviço público, satisfazendo os requisitos de concessão da aposentadoria para mulher, requereu administrativamente o seu benefício.³⁰ Porém, a decisão administrativa foi no sentido de negar o pedido de aposentadoria sob o argumento de que não há legislação que discipline questões previdenciárias relacionadas às pessoas transexuais.³¹

A autora ingressou, então, com o citado mandado de segurança, a fim de obter o reconhecimento do direito à aposentadoria conforme sua identidade de gênero. Ao analisar o pedido da autora, o Tribunal de Justiça de São Paulo indeferiu o pedido, sustentando que, embora o acórdão referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275-DF tenha reconhecido o direito à autodeclaração de gênero para alteração no registro de nascimento, inexistente legislação que discipline a concessão de aposentadoria para as pessoas transexuais, razão pela

²⁹ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Mandado de Segurança Cível n. 2191893-80.2022.8.26.0000**. Órgão Especial. Relator: Marcia Dalla Déa Barone, j.: 05.10.2022, p. 1-2. Disponível em: [³⁰ Ibidem, p. 5.](https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?conversationId=&cdAcordao=16125028&cdForo=0&uuidCaptcha=sajcaptcha_3fb4ba-ecc9c243be9e816e9790d984b2&g-recaptcha-response=03AAYGu2RqJ7bq1hzi53HyN7YIAsgpchsHNWIqB7789_tPQbhgumMnymTQ1UMX08PaYj5yqaoyRm-thou61jpvWED9xvBt2fqM35F0SpWJuf4aJgNLzPzHsEQroSy7QdqgljbtUn32tL-0H36uF1AU9JjJspbgiKTcAWbz-io_IJy_dU3xnRCpVonFu1P8Bw3pYdrk6-hsn0iULERdiZa-GyfbmS-UCmwUTdKZCNatdO0vJ0s5LHpQC26u7MroZ86UpXRXI-pWW0MTncbwbB2anbV9dkw-rncbDyisNF8eg_NxtNWDEg-_6pnmHbD1UnhQVFNi-nHWLzE5ea8O1d-Sea-dmls9ZucMpJXaazWWakjdgQJJBic-vyYMgZlnsd51oRed-NkYig48Qo9RJ22jYzbZ_2f4-IOZSszwxZdRLjDKL7vZGMADdSVMgSvcBX4hyWfAcdL28Dc-ncRMTFxQKCy8NjbWvCv3e0ODjARE_BP4BCJq9Wi_9C_1EVSnhPeuj1d-IOilZvDNkh_Us-JEz3Fy1Sqc8bdnFbNOMxM54BpEgR8eWopkP5gZQ1t3kffhYprvbCEsf8HGi0tdl. Acesso em: 20 out. 2024.</p></div><div data-bbox=)

³¹ Ibidem, p. 6.

qual a administração pública, restrita pelo princípio da legalidade, não pode conceder benefício previdenciário a pessoas transexuais, sem respaldo legal específico.³²

As regras para a aposentadoria dos servidores, assim como para os vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, são diferentes para homens e mulheres. A Emenda Constitucional Estadual n. 49, de 06 de março de 2020, que alterou o regime próprio de previdência social dos servidores de São Paulo, manteve a diferenciação dos requisitos da concessão da aposentadoria em razão do gênero e não houve menção para os casos de transgêneros.³³

Desta forma, para a concessão da aposentadoria, o artigo quinto da citada Emenda prevê, além de outros requisitos necessários para a concessão, 57 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher; e 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem. Portanto, considerando o gênero feminino da autora, essa cumpriu os requisitos para a concessão da aposentadoria, tanto a idade mínima, como o tempo de contribuição.

Entretanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo não concedeu a segurança. O voto da relatora afirma, em relação à concessão da aposentadoria para pessoas transexuais, que “é certo inexistir, até o presente momento, lei em sentido formal regulamentando o tema, sobretudo em relação às questões atinentes a tempo mínimo de aposentadoria”.³⁴ Para a relatora, foi acertada a decisão administrativa exarada pelo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, porque está subordinada ao princípio da legalidade e, “não havendo lei reconhecendo o direito alegado pela impetrante, não é possível a concessão da segurança”.³⁵

³² Ibidem, p. 6.

³³ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Emenda Constitucional n. 49, de 06 de março de 2020.** Modifica o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado e dá outras providências. São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/emenda.constitucional/2020/original-emenda.constitucional-49-06.03.2020.html>. Acesso em: 30 dez. 2024.

³⁴ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Mandado de Segurança Cível n. 2191893-80.2022.8.26.0000.** Op. cit., p. 3.

³⁵ Ibidem, p. 3.

A relatora, ao se referir à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI n. 4.275-DF observa que houve um grande progresso no reconhecimento do direito de alteração do prenome e do sexo no registro civil para as pessoas transexuais.³⁶ Contudo, em razão da ausência de lei que regulamente a aposentadoria para as pessoas transexuais, o Tribunal de Justiça de São Paulo não reconheceu a ilegalidade na decisão administrativa proferida, denegando a segurança pleiteada pela autora.³⁷

A decisão do caso ora analisado se baseou no princípio da legalidade para não conceder a segurança, ante a ausência de legislação para regulamentar a aposentadoria dos servidores públicos transgêneros do Estado de São Paulo. Essa decisão fere o princípio da dignidade humana e nega os efeitos da autodeclaração de gênero reconhecida pelo Superior Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 4.275-DF.

Segundo Fraser, a ausência de reconhecimento compromete a identidade do indivíduo.³⁸ Quando não há reconhecimento, a identidade é restringida pela cultura dominante, prejudicando a subjetividade dos membros de certos grupos.³⁹ Isso resulta na negação da diversidade do grupo e das complexidades de cada indivíduo, além de desconsiderar as interações transculturais, o que favorece o separatismo e isola os grupos em vez de promover a interação entre eles.⁴⁰ Para corrigir esse dano, é imprescindível que as normas, inclusive as que regulamentam os benefícios previdenciários, sejam interpretadas conforme o princípio da dignidade humana, de modo a assegurar o direito da população transexual se aposentar de acordo com sua identidade de gênero.

³⁶ Ibidem, p. 9.

³⁷ Ibidem, p. 10.

³⁸ FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007, p. 106.

³⁹ Ibidem, p. 106.

⁴⁰ Ibidem, p. 107.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA COMO SOLUÇÃO PARA O CASO CONCRETO

A fundamentação da decisão do caso em estudo se restringiu ao princípio da legalidade para justificar a não concessão da segurança, ante a inexistência de regulamentação legal para a aposentadoria dos servidores transexuais. No contexto da administração pública, Castro e Lazzari afirmam que “a Administração deve pautar sua atuação conforme a lei e o Direito”.⁴¹ Complementando essa perspectiva, Martínez salienta que a lei é a principal, quando não a única, fonte formal de normas e que, dada a natureza programática e geral da Constituição Federal, a lei ordinária assume a posição de norma superior, reforça a responsabilidade do legislador e amplia o papel do administrador.⁴²

No entanto, afirma Barroso que a constitucionalização do direito implica uma visão mais ampla, na qual os valores presentes nos princípios e normas da Constituição devem ser irradiados por todo o ordenamento jurídico, especialmente por meio da jurisdição constitucional em seus diversos níveis.⁴³ Nesse contexto, surge a aplicação direta da Constituição a várias situações, a declaração de inconstitucionalidade das normas incompatíveis com o texto constitucional e, especialmente, a interpretação das normas infraconstitucionais conforme a Constituição, o que determina seu sentido e alcance.

Dessa forma, a constitucionalização do direito não se limita apenas à observância das normas jurídicas formais, mas também à promoção de valores fundamentais, como o princípio da dignidade humana que representa a base de todo o ordenamento jurídico e deve ser considerado em qualquer interpretação e aplicação das normas infraconstitucionais. Sarlet aponta que o princípio da dignidade humana deve ser fundamento para a interpretação e aplicação de todo

⁴¹ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João B. **Direito previdenciário**. 3 ed. Rio de Janeiro: Método, 2023, p. 491.

⁴² MARTÍNEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de direito previdenciário**. 7 ed. São Paulo: LTR, 2022, p. 244.

⁴³ BARROSO, Luís Barroso. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. Op. cit., p. 92.

ordenamento jurídico.⁴⁴ Assim, a dignidade humana serve como um parâmetro imprescindível para a atuação do Estado, de modo que a constitucionalização do direito exige não apenas a conformidade com a letra da lei, mas também a efetivação do princípio da dignidade humana.

Uma abordagem constitucional que revitaliza a dignidade humana, salvaguarda a igual consideração e respeito das pessoas dentro da comunidade.⁴⁵ A constitucionalização do direito requer que a norma constitucional seja entendida como uma norma de conduta, devendo impactar diretamente no conteúdo das situações jurídicas e fomentar sua funcionalização.⁴⁶ Nesse sentido, o ordenamento jurídico promove a incorporação de valores mais humanizados, posto que a dignidade da pessoa humana se refere à noção de que todos os indivíduos, por serem humanos, possuem uma dignidade inerente, devendo ser tratados com igualdade, respeito e consideração.⁴⁷

A interpretação do direito transcende a mera operação jurídica, configurando-se como um fenômeno cultural que revela que o direito é um sistema não apenas aberto, mas dialeticamente dinâmico, exigindo uma hermenêutica crítica que avalie as regras à luz dos princípios constitucionais, especialmente à luz do princípio da dignidade humana.⁴⁸ Desse modo, a diversidade de fontes normativas não deve comprometer a base unitária do ordenamento jurídico, que se alicerça na Constituição Federal, estruturando todo o sistema.⁴⁹ Da mesma forma, a ausência de fontes normativas específicas não deve servir como justificativa para negação de um direito que está intrinsecamente vinculado ao princípio da dignidade humana.

⁴⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024, p. 99.

⁴⁵ NALIN, Paulo; VENAZZI, Karen; COPI, Lygia Maria. Introdução sobre a metodologia civil constitucional e sua pós-constitucionalização. *In*: COPI, Lygia Maria, NALIN, Paulo, PAVAN, Vitor Ottoboni (org.). **Pós-constitucionalização do direito civil**: novas perspectivas do direito civil na constituição prospectiva. Londrina: Thoth, 2021, p. 30.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 36.

⁴⁷ SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. Conteúdo, trajetória e Metodologia. *Op. cit.*, p. 36.

⁴⁸ FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil**: sentidos, transformações e fim. Rio de Janeiro: Renovar, 2015, p. 117.

⁴⁹ TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6.

No caso em análise, a decisão judicial foi no sentido da não concessão da segurança, com fundamento no princípio da legalidade, porquanto não há norma específica que regule o direito previdenciário das pessoas transexuais, o que inviabilizou o reconhecimento do direito da transexual mulher à aposentadoria pelas regras aplicáveis ao gênero feminino. Todavia, tal decisão desconsiderou o princípio da dignidade humana, aplicando unicamente o princípio da legalidade. Entretanto, quando se tem o conflito entre dois princípios, quando esses se inter cruzam, o princípio que vai resolver é aquele que tem mais peso, devendo-se levar em consideração a força relativa de cada um.⁵⁰

O princípio da dignidade humana guarda mais peso e importância do que o princípio da legalidade, já que aponta para o reconhecimento do valor intrínseco de todas as pessoas, para que lhes sejam garantidos os mesmos direitos concedidos às demais pessoas. Este princípio fundamenta a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 4.275-DF, que garante o direito de as pessoas transexuais declararem sua identidade de gênero, e essa decisão deveria levar ao reconhecimento, por consequência, de que a autora tem direito à aposentadoria, posto que cumpriu os requisitos para a concessão de aposentadoria de acordo com sua identidade de gênero.

Tal princípio clama por um tratamento equitativo por parte das instituições, assegurando que a identidade de cada indivíduo seja respeitada de maneira igualitária.⁵¹ O princípio da dignidade humana “é uma cláusula geral de tutela da pessoa humana. Por isso, se o reconhecimento é essencial à integridade moral da pessoa, ele é amparado pelo referido princípio”.⁵² Em vista disso, a proteção da identidade de gênero reflete a necessidade de um ambiente inclusivo, no qual a diversidade é valorizada, e cada pessoa, independentemente de suas características, possa viver com dignidade e ser reconhecida em sua singularidade. O

⁵⁰ DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 42.

⁵¹ SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. Conteúdo, trajetória e Metodologia. Op. cit., p. 286.

⁵² Ibidem, p. 284-285.

respeito à identidade gênero é, portanto, um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

Uma sociedade justa baseia-se na promessa de respeito à dignidade humana porque a igualdade de *status* e de tratamento, assegurada pelo direito, deriva de um princípio universalista que deve garantir a liberdade e a integridade de todos. Dentro de uma comunidade jurídica, a distribuição justa dos direitos resulta do reconhecimento de todos como indivíduos livres e iguais. Esse princípio de respeito mútuo fundamenta a reivindicação de direitos iguais para todos os indivíduos.⁵³

O princípio da dignidade humana, por se referir ao valor intrínseco de cada pessoa, adquire significado pleno no contexto da intersubjetividade e da pluralidade. É precisamente por essa razão que sua proteção e reconhecimento são imprescindíveis no âmbito da ordem jurídica, que deve assegurar que todos recebam a mesma consideração e respeito, tanto por parte do Estado quanto da sociedade, uma vez que todos são iguais em dignidade.⁵⁴

Ademais, esse princípio desempenha uma função fundamental na ordem jurídica, atuando como uma ferramenta hermenêutica que orienta a aplicação e a interpretação do direito.⁵⁵ Em outras palavras, o princípio da dignidade humana não deve ser visto apenas como um critério interpretativo à luz da Constituição Federal, mas, principalmente, como um fundamento essencial que garante a proteção da dignidade em todas as circunstâncias, sem qualquer ambiguidade ou incerteza.⁵⁶

A interpretação adotada em uma perspectiva sistêmica, fundamentada no princípio da dignidade humana, torna a solução de casos concretos mais centrada nas pessoas. A noção de constitucionalização do direito está relacionada

⁵³ HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1, p. 159.

⁵⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. Op. cit., p. 371.

⁵⁵ SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. Conteúdo, trajetória e Metodologia. Op. cit., p. 92.

⁵⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Op. cit., p. 108.

à ampliação das normas constitucionais, de modo que o conteúdo material e os princípios constitucionais se difundem por todo o ordenamento jurídico.⁵⁷ Dessa forma, esses princípios passam a influenciar a validade e a interpretação de todas as normas infraconstitucionais, impactando também na atuação dos três poderes e em suas interações com as pessoas.⁵⁸ “Nesse ambiente, a Constituição passa a ser não apenas um sistema em si – mas também um modo de olhar e interpretar todos os demais ramos do direito”.⁵⁹

A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 4.275-DF reconheceu o direito à alteração do nome e do sexo no registro civil com base na identidade de gênero das pessoas transexuais, relacionando-o ao princípio da dignidade humana. Em contrapartida, a decisão em estudo, emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, não admitiu que o direito à identificação de gênero da autora implica em conceder sua aposentadoria conforme as regras aplicáveis a sua identidade de gênero. Neste caso, o Estado, através do Poder Judiciário, restringiu os direitos da autora a tão somente garantir a alteração de seu prenome e de seu sexo no registro de nascimento, já que, para as regras relativas à concessão de aposentadoria, ainda deveria atender às especificações atinentes ao sexo masculino.

Desta forma, o Estado não reconheceu efetivamente a identidade de gênero da autora. Ainda que não haja lei específica que trate da seguridade social para as pessoas transexuais, cabe ao Estado observar a identidade de gênero da pessoa transexual em todos os aspectos, e não condicionar o direito à aposentadoria dessa a uma futura regulamentação legal.

O reconhecimento da identidade de gênero das pessoas transexuais deve ser assegurado em todos os âmbitos do ordenamento jurídico. Negar o reconhecimento “opprime, instaura hierarquia, frustra a autonomia e causa sofrimento”.⁶⁰

⁵⁷ BARROSO, Luís Barroso. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. Op. cit., p. 12.

⁵⁸ Ibidem, p. 13.

⁵⁹ Ibidem, p. 21.

⁶⁰ SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**. Conteúdo, trajetória e Metodologia. Op. cit., p. 270.

Ademais, “o ser humano é ser de relação, e não um átomo isolado, e por isso o reconhecimento marca, mais do que qualquer outra ação, a entrada do indivíduo na existência especificamente humana”.⁶¹ Em seu voto na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275-DF, o ministro Marcos Aurélio afirma que “a dignidade da pessoa humana, princípio desprezado em tempos tão estranhos, deve prevalecer para assentar-se o direito do ser humano de buscar a integridade e apresentar-se à sociedade como de fato se enxerga”.⁶²

Por conseguinte, o princípio da dignidade humana seria a solução jurídica acertada para a decisão do caso analisado. A noção de reconhecimento como pressuposto da dignidade se traduz na singularidade essencial de cada ser humano, que deve receber respeito e proteção do Estado e da sociedade. Portanto, é imprescindível que o Estado não apenas reconheça, mas também garanta de forma efetiva a identidade de gênero de todas as pessoas, assegurando que as normas e práticas jurídicas reflitam os princípios da dignidade humana. Ao reconhecer e garantir todos os direitos fundados na autodeterminação, o Estado assegura a proteção integral da dignidade de cada pessoa, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva, em que cada indivíduo possa viver suas identidades plenamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas transexuais passam por inúmeros desafios em busca do reconhecimento nos mais diversos momentos de suas vidas. O próprio Estado, que reconhece o direito das pessoas transexuais se autodeterminarem, conforme o gênero com que se identificam, é o mesmo que nega a prospecção deste direito em outras áreas do direito e, no caso em concreto, especificamente quanto ao direito à aposentadoria.

A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275-DF, que consolidou o direito dos

⁶¹ Ibidem, p. 270.

⁶² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.275/DF**. Op. cit., p. 12.

transexuais de alterar o prenome e o sexo no registro de nascimento, independentemente de cirurgia ou de parecer médico, é extremamente relevante, porque resulta no reconhecimento do direito das pessoas transexuais de se autodeterminar, fundamentada nos princípios da dignidade da pessoa, da solidariedade, da não discriminação, da igualdade material e da universalidade dos direitos fundamentais.

O princípio da dignidade humana, positivado na Constituição Federal de 1988, importa no direito de todas as pessoas serem tratadas de forma igual e respeitadas em sua autonomia, fundado na noção de que a pessoa não é apenas um ser racional, mas é um ser complexo, composto de sentimentos, escolhas, necessidades e de valores.

A decisão judicial analisada evidencia a diversidade de tratamento concedido à autora pelo Estado que, embora tenha reconhecido o direito das pessoas transexuais em alterar o seu registro de nascimento conforme o gênero com o qual se identifica, negou o reconhecimento da aposentadoria de acordo com sua identidade de gênero a uma transexual mulher.

A decisão exarada no Mandado de Segurança n. 219893-80.2022.8.26.0000 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo se fundamentou no princípio da legalidade, sob o entendimento de que inexistente legislação específica que discipline a concessão da aposentadoria para as pessoas transexuais. Contudo, tal decisão desconsiderou o princípio da dignidade humana e não levou em conta os reflexos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.275–DF, que reconheceu o direito à autodeclaração de gênero para a alteração do sexo declarado no registro de nascimento.

Reportando-se à problemática apresentada, a hipótese apresentada foi confirmada no sentido de que a decisão proferida no caso concreto não foi adequada, posto que deveria ter se fundamentado no princípio da dignidade humana, reconhecendo a identidade de gênero da autora para a concessão da aposentadoria de acordo com as regras aplicáveis às mulheres. O

reconhecimento de todos os direitos da autora em consonância com sua identidade de gênero é componente fundamental do princípio da dignidade humana, e seria a solução para o caso analisado.

Esse reconhecimento deve abranger todas as esferas do direito. Não é admissível negar o direito à aposentadoria pelas regras aplicáveis às mulheres a uma pessoa, que se identifica com o gênero feminino e que já consolidou seu direito à alteração do prenome e do sexo no registro de nascimento, tão somente pela visão restritiva do princípio da legalidade. Não se nega a importância das normas jurídicas específicas, porém é necessário que elas estejam em consonância com o princípio da dignidade humana e, quando isso não ocorrer, a interpretação sistemática do ordenamento jurídico leva à aplicação direta do princípio da dignidade humana em detrimento de outras normas infraconstitucionais, devido à sua relevância para o ordenamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. B. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. **Revista da EMERJ**, v. 9, n. 33, p. 42-92, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 fev. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.275/DF**. Relator: Min. Marcos Aurélio, j.: 01.03.2018, p. 171. Disponível em

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. **Direito previdenciário**. 3 ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.

CÉSAR, G. R. de C.; PANCOTTI, H. H. S. A previdência social e o transgênero:

necessidade de uniformização do entendimento sobre a concessão dos benefícios previdenciários no âmbito do processo administrativo. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 7, n. 3, p. 907-928, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 2.265 de 20 de setembro de 2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n. 1.955/2010. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>. Acesso em: 09 de jan. 2025.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FACHIN, L. E. **Direito civil: sentidos, transformações e fim**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1.

MARTÍNEZ, W. N. **Princípios de direito previdenciário**. 7 ed. São Paulo: LTR, 2022.

NALIN, P.; VENZAZZI, K.; COPI, L. M. Introdução sobre a metodologia civil constitucional e sua pós-constitucionalização. *In*: COPI, Lygia Maria, NALIN, Paulo, PAVAN, Vitor Ottoboni (org.). **Pós-constitucionalização do direito civil: novas perspectivas do direito civil na constituição prospectiva**. Londrina: Thoth, 2021.

PANCOTTI, H. H. S. **Previdência e seguridade social para transexuais e travestis**. 3 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2023.

RODOTÀ, S. A antropologia do *homo dignus*. Tradução de Maria Celina Bodin de Moraes. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 6, n. 2, p. 1-17, jan.-mar. 2017. Disponível em: <http://civilista.com/a-antropologia-do-homo-dignus/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Emenda Constitucional n. 49, de 06 de março de 2020**. Modifica o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado e dá outras providências. São Paulo, SP, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/emenda.constitucional/2020/origi>

nal-emenda.constitucional-49-06.03.2020.html. Acesso em: 30 dez. 2024.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Mandado de Segurança Cível n. 2191893-80.2022.8.26.0000**. Órgão Especial. Relator: Marcia Dalla Déa Barone, j.: 05.10.2022, p. 1-2. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?conversationId=&cdAcordao=16125028&cdForo=0&uuidCaptcha=sajcaptcha_3fb4baecc9c243be9e816e9790d984b2&g-recaptcha-response=03AAYGu2RqJ7bq1hzi53HyN7YIAsgpcsHNWIqB7789_tPQbhgumMnymTQ1UMX08PaYj5yqaoyRmthou61jpvWED9xvBt2fqM35F0SpWJuf4aJgNLz pHsEQroSy7QdqgljbtUn32tL-0H36uF1AU9JjJspbgiKTcAWbz-io_IlJy_dU3xnRCpVonFu1P8Bw3pYdrk6-hsn0iULERdlZaGyfbmS-UCmwUTdKZCNatdO0vJ0s5LHpQC26u7MroZ86UpXRXlpWW0MTncbwbB2anbV9dkw-rncbDyisNF8eg_NxtNWDEg-_6pnmHbD1UnhQVFNinHWLzE5ea801d-Sea-dmIs9ZucMpJXaazWWakjdgQJIJBic-vyYMGzInsd51oRedNkYig48Qo9RJ22jYzbZ_2f4-IOZSszwxZdRLjDKL7vZGMADdSVMgSvcBX4hyWfAcL28Dc-ncRMTFxQKCy8NjbWvCv3e0rODjARE_BP4BCJq9Wi_9C_1EVSnhPeuj1d-IOilZvDNkh_UsJEz3Fy1Sqc8bdnFbNOMxM54BpEgR8eWopkP5gZQ1t3kffhYprvbCEsf8HGi0tdl. Acesso em: 20 out. 2024.

SARLET, I. W. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. **Revista brasileira de direito constitucional**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 361-388, 2007.

SARLET, I. W. **Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.

SARMENTO, D. **Dignidade da pessoa humana**. Conteúdo, trajetória e Metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

TEPEDINO. G. **Temas de direito civil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.